



LEI nº. 249/01,

Campinorte-Go., 04 de Setembro de 2001

"Autoriza o Poder Executivo, através da assinatura de instrumento de convênio a consorciar-se com a ORGANIZAÇÃO PARA DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO E CIDADANIA DE CAMPINORTE, com a finalidade de implementar a política de desenvolvimento prevista na Lei Orgânica do Município de CAMPINORTE-GO, e da outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINORTE, Estado de Goiás, APROVA E, EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a promover o consórcio do município com "Organização para desenvolvimento do Trabalho e Cidadania de Campinorte", no cumprimento do objetivo de implementar a política do desenvolvimento econômico das atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços, informais, exercidas por pessoas de baixa renda, empresas de pequeno porte e micro empresas estabelecidas no território do Município.

Art. 2º - Para associar-se ao Município a entidade civil deverá fazer constar de seu Estatuto Social que é dirigida por um Conselho de Administração, cuja composição participem, obrigatoriamente, o Município, de forma plural, e, no mínimo, 3 (três) representantes da sociedade civil.

§ 1º - O Estatuto Social da Organização para desenvolvimento de Trabalho e Cidadania de Campinorte, deverá prever a sua auto-sustentação financeira, bem como a obrigação de devolver, na exata proporção dos aportes, os recursos encaminhados pelo Município, em caso de dissolução da Organização.

§ 2º - Nenhuma alteração estatutária poderá ocorrer, durante o prazo de duração da sociedade, sem a anuência prévia e expressa do Município, a quem fica conferido o direito de veto.

§ 3º - Qualquer desvirtuamento nas finalidades previstas no estatuto autorizará o Município a promover, de imediato, o seu desligamento e o levantamento de todos os recursos proporcionais aos aportes que houver feito, com os acréscimos legais.

Art. 3º - As atividades estatutárias da entidade civil deverão observar, obrigatoriamente, os seguintes princípios fundamentais:

I - Os recursos destinados ao fomento das atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços, que compõem o fundo financeiro da organização, advirão



- II - da contribuição dos sócios, de doações, de empréstimos de agências de financiamento, da captação junto a entidades nacionais e internacionais, vedada a captação de recursos do público;
- III - Os serviços serão prestados de forma ágil e desburocratizada;
- IV - As operações de crédito relacionadas com o desenvolvimento das atividades produtivas dos pequenos e micro empreendedores deverão compatibilizar-se com a remuneração justa do capital;
- V - Não haverá dependência financeira do Município ou de qualquer outra instituição pública ou privada, devendo as operações serem orientadas com o objetivo de busca da auto-suficiência;
- VI - As atividades da organização serão exercidas, exclusivamente, dentro do território do Município de Campinorte e seus distritos;
- VII - A Organização não poderá ter finalidade lucrativa, e não poderá, em nenhuma hipótese, distribuir qualquer tipo de rendimentos, vantagens ou bonificações a dirigentes ou associados;
- VIII - Anualmente serão analisadas a regularidade e o funcionamento das operações, através da contratação de auditorias externas independentes e publicadas em jornais de grande circulação;

Parágrafo Único - Em se tratando de Organização Regional, o atendimento será estendido aos municípios vinculados e aos distritos.

Art. 4º - O ingresso de novos associados somente poderá ocorrer com a aprovação favorável de 3/4 (três quartos) dos integrantes do Conselho de Administração, que terá livre arbítrio para autorizar a admissão.

Art. 5º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a celebrar convênio com entidade de crédito comunitário, visando a execução da política de desenvolvimento prevista na Lei Orgânica do Município de Campinorte, no sentido de propiciar às pessoas de baixa renda, aos pequenos e micro empresários, a geração de renda e a criação de empregos, integrar o exercício das atividades informais ao processo produtivo regular bem como abrir créditos adicionais e transferir os recursos financeiros destinados e necessários à consecução desses objetivos e ao cumprimento da Lei.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CAMPINORTE, aos quatro dias do mês de Setembro do ano dois mil e um (04.09.2001).


Valdivino Borges da Silva
Prefeito Municipal